



***TELEJORNALISMO E DIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DA FALTA DE REPRESENTATIVIDADE DE JORNALISTAS NEGROS NO JORNAL NACIONAL***

***PERIODISMO TELEVISIVO Y DIVERSIDAD: UN ANÁLISIS DE LA FALTA DE REPRESENTACIÓN DE PERIODISTAS NEGROS EN EL DIARIO NACIONAL***

***TELEVISION JOURNALISM AND DIVERSITY: AN ANALYSIS OF THE LACK OF REPRESENTATION OF BLACK JOURNALISTS IN THE NATIONAL NEWSPAPER***

*Carla Montuori Fernandes<sup>1</sup>*

*Luiz Ademir de Oliveira<sup>2</sup>*

*Mayra Regina Coimbra<sup>3</sup>*

*Leonardo Emerson Souza e Silva<sup>4</sup>*

**RESUMO**

Hoje, discute-se a inserção dos negros na sociedade e na própria mídia. No mercado de trabalho, na política ou em qualquer outro campo social, os negros estão sub-

<sup>1</sup> Pós-doutorado em Comunicação pela Universidade de Valladolid e Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Paulista (UNIP), São Paulo, São Paulo, Brasil.

<sup>2</sup> Pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutor em Ciência Política Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ. Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

<sup>3</sup> Mestre em Comunicação pela da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Docente em Jornalismo pela Universidade Federal de São João Del-Rei São João Del-Rei, Minas Gerais, Brasil.

<sup>4</sup> Graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de São João Del-Rei. Universidade Federal São João Del-Rei, São João Del-Rei, Minas Gerais, Brasil.

representados ou não têm qualquer tipo de presença. O artigo analisa a ausência de negros no telejornalismo brasileiro, tomando como objeto de análise o *Jornal Nacional* – o telejornal de maior audiência do Brasil. São analisadas as edições de 2010, 2017 e 2020, a fim de verificar se houve mudanças sobre a inserção de negros no telejornalismo da Globo. Como resultado, constatou-se que, ao longo de 10 anos, apesar de se falar em muitas mudanças no telejornalismo da Globo, o quadro de jornalistas é praticamente o mesmo – a hegemonia branca, heteronormativa e, até por uma lógica de funcionamento das rotinas produtivas focadas nas principais capitais e geradoras de notícia, está alicerçado em sua maior parte na produção dos núcleos de telejornalismo nas seguintes cidades – Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Recife, com o acréscimo das notícias dos correspondentes internacionais distribuídos nos Estados Unidos e Europa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória. Telejornalismo. *Jornal Nacional*. Interseccionalidade.

## RESUMEN

Hoy se discute la inserción de los negros en la sociedad y en los propios medios. En el mercado laboral, en la política o en cualquier otro ámbito social, los negros están infrarrepresentados o no tienen ningún tipo de presencia. El artículo analiza la ausencia de negros en el periodismo televisivo brasileño, tomando como objeto de análisis el *Jornal Nacional* – el noticiero televisivo de mayor audiencia en Brasil. Se analizan las ediciones de 2010, 2017 y 2020 para verificar si hubo cambios en cuanto a la inserción de negros en el periodismo televisivo de Globo. Como resultado, se constató que, a lo largo de 10 años, a pesar de hablar de muchos cambios en el teleperiodismo de Globo, el número de periodistas es prácticamente el mismo: la hegemonía blanca, heteronormativa y, incluso por una lógica de funcionamiento de rutinas, producciones centradas en el principales capitales y generadoras de noticias, se basa en su mayor parte en la producción de centros de periodismo televisivo en las siguientes ciudades: Río de Janeiro, São Paulo, Brasilia, Belo Horizonte y Recife, con la adición de noticias de corresponsales internacionales distribuidos en los Estados Unidos. Estados y Europa.

**PALABRAS-CLAVE:** Memoria. Teleperiodismo. *Jornal Nacional*. Interseccionalidad.

## ABSTRACT

Today, the insertion of blacks in society and in the media itself is discussed. In the labor market, in politics or in any other social field, blacks are underrepresented or do not have any kind of presence. The article analyzes the absence of blacks in Brazilian television journalism, taking as an object of analysis the *Jornal Nacional* – the television news with the highest audience in Brazil. The 2010, 2017 and 2020 editions are analyzed in order to verify if there have been changes regarding the insertion of blacks in Globo's television journalism. As a result, it was found that, over 10 years, despite talking about many changes in Globo's telejournalism, the number of journalists is practically the same: the white hegemony, heteronormative and, even by a logic of functioning of routines productions focused on the main capitals and news generators, is based for the most part on the production of television journalism centers in the following cities – Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte and Recife, with the addition of news from international correspondents distributed in the United States and Europe.

**KEYWORDS:** Memory. Telejournalism. *Jornal Nacional*. Intersectionality.

\*\*\*

## Introdução

No Brasil, a população negra é sub-representada nas esferas de poder, mas constitui o grande contingente nos espaços e contextos de pobreza e violência. Esta segregação clara entre negros e brancos é reflexo do racismo estrutural presente na sociedade brasileira desde o período escravocrata (RIBEIRO, 2019; OLIVEIRA, 2023). Tal realidade excludente tem impacto nos diversos campos sociais, inclusive na mídia, em especial na TV em que a imagem tem grande expressividade. Isso fica evidenciado no telejornalismo, na seleção dos jornalistas e apresentadores que aparecem de segunda a sábado nos principais telejornais da Globo, por exemplo. Ademais, não é somente quem faz a notícia, mas também as fontes que são consultadas são predominantemente brancas, principalmente o que Traquina (2001) chama de definidores primários que falam em nome das instituições sociais primárias, seja na esfera política, econômica, científica. Seja no Congresso Nacional, no mundo da economia ou na esfera da ciência e da saúde, as pessoas “autorizadas” a falar são, em sua maioria, brancas. Se os dados do Censo feito pelo IBGE em 2010 apontavam para 54% da população brasileira autodeclarada negra ou parda, os números de 2022 que trazem um retrato mais atual são de 56%. Um dado que mostra um certo silenciamento refere-se ao fato de que, em 2010, apenas 7,4% se declararam negros, ampliando este número para 10,6% em 2022, com 45,4% de pardos.<sup>5</sup> Sabemos que o receio de se declarar negro é em decorrência do racismo estrutural, do preconceito e da violência que sofrem no cotidiano.

Além disso, apesar de serem maioria numericamente, em termos de representatividade, os negros são excluídos dos espaços de poder, do mercado, das universidades e da própria mídia. O quadro de exclusão dos negros dos espaços de poder se reflete no campo da mídia e, é bem evidenciado na mídia televisiva em que a imagem se apresenta bem expressiva. No caso do “Padrão Globo de Qualidade”, há uma preferência por jornalistas brancos, com estereótipos que reproduzem a lógica dominante de beleza, juventude. Nesse sentido, os poucos negros à frente do telejornalismo brasileiro, como é o caso da apresentadora Maria Júlia Coutinho – Maju - são vistos como símbolos de uma falsa e superficial inclusão para eliminar as evidências

---

DA REDAÇÃO. População que se declara preta sobe para 10,6% em 2022, diz IBGE. **Portal G1**. Brasília, 16 de junho de 2023. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/06/16/populacao-que-se-declara-preta-sobe-para-106percent-em-2022-diz-ibge.ghtml>. Acesso em 10 de julho de 2023.

de um espaço racista e segregado. A partir da constatação sobre a condição de sub-representação dos negros no telejornalismo, surge a necessidade de darmos atenção à problematização em torno da TV, sobretudo da Globo, emissora que desfruta de maior audiência no Brasil. Com que frequência os jornalistas negros aparecem na tela da Globo – nos espaços do telejornalismo – frente ao racismo estrutural? Esta parcela da população – negros e pardos – têm pouca visibilidade na televisão, seja como profissionais da imprensa ou como fontes? Houve mudanças ao longo dos últimos 10 anos, tomando como recorte telejornais de 2010, 2017 e 2020?

O objetivo deste artigo é, portanto, investigar sobre a representação dos negros no *Jornal Nacional*, veiculado pela Rede Globo. Parte-se da hipótese de que, comparada à presença do branco, a do negro, nos referidos telejornais, é inexpressiva e desqualificadora em seu discurso como um espaço democrático e diverso, e que, quando acontece, é de forma pontual. Isso reflete o que ocorre na dinâmica da sociedade brasileira, pautada pelo racismo estrutural. Como base teórica, discute o racismo estrutural que é reproduzido na mídia (COSTA, 2015; ACEVEDO, TRINDADE, 2011; ARAÚJO, 2000; SODRÉ, 2015) e mídia, telejornalismo e Padrão Globo de Qualidade (KELLNER, 2001; REZENDE, 2000; OLIVEIRA *et al*, 2018, 2021).

Quanto à análise, realizamos uma pesquisa quantitativa, na qual foram analisadas edições do *Jornal Nacional* em 2010, no período de 13 a 15 de janeiro de 2010, quando repercutiu o terremoto no Haiti, que matou 300 mil pessoas no país; em 2017, de 28 a 30 de novembro de 2017; e, em 2020, no período de 18 a 20 de janeiro de 2020.<sup>6</sup> A escolha foi aleatória, tendo em vista que o objetivo é verificar qual é a presença de jornalistas negros – seja como apresentadores ou repórteres – o período do ano não interfere. Identificou-se uma falta de representação e que, ao longo dos anos, apesar do avanço das pautas identitárias, os negros continuam excluídos do jornal de maior audiência da Globo. Verificou-se, de forma complementar, a questão da regionalidade, porque também demonstra uma concentração dos repórteres em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo e, no caso dos correspondentes, nos Estados Unidos, comprometendo, também, a diversidade regional.

### **Racismo estrutural e a violência simbólica reproduzida pela mídia**

<sup>6</sup>Os telejornais de 2010 foram coletados no Canal do Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=MyCJsJDp3bA>. Acesso em 10 de abril de 2021. Quanto às edições de 2017 e 2020, foram feitas no canal Globoplay, que só disponibiliza as edições a partir de 2017. <https://globoplay.globo.com/v/6299493/programa/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

É histórica a luta que os negros travam na sociedade brasileira para conseguir se inserir no mercado de trabalho e ter o mesmo reconhecimento que os brancos. A pouca representação na política, no mercado de trabalho e na mídia limita o espaço de debate e reparação das desigualdades étnico-raciais causadas pela escravidão. Zilda Martins (2011) analisa como a população negra ainda não está incluída nos esquemas de poder no Brasil, seja nas esferas política, midiática ou acadêmica. Ademais, a autora também discute a importância da indagação sobre o tempo que os negros deverão esperar para, de fato, obter o direito a uma participação plena na vida nacional.

Uma pesquisa feita pelas jornalistas Claudia Acevedo e Luiz Trindade (2011), com base em 27 jornais de canal aberto e 65 apresentadores, revelou que os jornalistas negros representam somente 6,15% dos profissionais que atuam na televisão, enquanto a participação dos brancos chega a 93,85%. A predominância das pessoas de pele clara no telejornalismo é tida como referências do padrão, criando, assim, uma resistência contra os não brancos nesses espaços. Araújo (2007) reitera que esse processo constitui uma “hiper representação racial”. Tal fenômeno, segundo atenta Araújo (2007), é reflexo de políticas públicas mais sólidas que assegurem o direito democrático de todo segmento populacional. Na visão do autor, a ausência de representação de indivíduos afrodescendentes em programas jornalísticos implica em perda de autoestima em virtude de não se virem representados na televisão.

Sodré (2015) discorre sobre como um dos fatores do racismo midiático é a indiferença profissional. O autor afirma que a mídia não se preocupa em discutir a discriminação racial, devido à falta de sensibilidade dos jornalistas sobre tema. Sodré constata que a presença de jornalistas negros é menor nos meios de comunicação e, quando conseguem um emprego, são colocados em funções com pouca visibilidade.

Em contrapartida, dados do Questionário de Avaliação Econômica da Fuvest em 2008 apontam que a participação dos negros cresceu no curso de jornalismo em São Paulo. Em 2000, o número de alunos negros matriculados em Jornalismo da Fuvest era de 10,5%, e, em 2008, passou para 21,2%. Vale ressaltar que esses dados não representam a realidade de todas as universidades brasileiras, embora ilustrem como as políticas de cotas raciais têm permitido uma maior diversidade na área acadêmica. Ainda que os números não sejam o ideal, é nítido o aumento desses estudantes se graduando na área de comunicação, mas ainda sem um acompanhamento do aumento na participação deles na televisão.

Para além da participação ativa na construção das notícias enquanto jornalistas, os negros também são privados de uma visibilidade que os tire de um contexto de pobreza ou violência. As mulheres negras enfrentam barreiras ainda maiores devido à cor e ao gênero em uma sociedade machista e racista. Sara Portal (2016) realizou um estudo sobre a representação da mulher negra no telejornalismo e analisou como os espectadores afirmaram preferir as mulheres brancas com cabelo liso na apresentação das notícias. Ao questionar as jornalistas brancas, a autora notou como o mito da democracia racial impede o reconhecimento da existência do racismo. Tal como afirma Sodré (2015), ao dizer que a mídia tende a negar a existência do racismo.

Denominada como prática de colorismo por Djukic (2015), os negros de pele mais clara, com traços físicos mais próximos dos europeus, embora não seja elevado ao mesmo patamar dos brancos, são mais tolerados em ambientes de predominância branca. Nesse sentido, cria-se a ilusão de uma mistura étnica, falsificada na concepção que a população negra está inserida nos mais diversos espaços, conforme apontam Conceição et al (2019). A presença de mulheres negras de pele clara, cabelos alisados e com traços mais afinados na televisão, forja uma imagem que, em vez de romper com a estrutura dominante, as coloca como pertencentes ao padrão, porém, de uma forma hierarquizada.

Kátia da Costa (2015) reitera como o processo de seleção do que será mostrado na televisão prefere a cor branca, incluindo as pessoas negras na falácia de uma minoria racial. Segundo a autora, tornou-se natural transferir os negros para uma classificação de grupo minoritário, não no sentido quantitativo, mas qualitativo. Para Sodré (2005), a atual noção de minoria está relacionada à possibilidade de terem voz ativa ou intervenção nas instâncias de poder. Ademais, o autor pontua que as mulheres, os negros e os homossexuais se encaixam nesse conceito. As minorias representam lugares de ação humana “onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder” (SODRÉ, 2005, p. 12) em um contexto contra hegemônico.

Este debate está alinhado com a tradição dos Estudos Culturais. Um dos principais pensadores dos Estudos Culturais, Raymond Williams (2011) busca problematizar o debate sobre cultura atrelando ao contexto social. O autor destaca a necessidade de se compreender a existência de uma estrutura na qual se inserem práticas e expectativas (como é o caso da indústria cultural), mas que abarca também o entendimento da natureza do ser humano e de suas relações sociais e culturais. Segundo Williams (2011, p. 53), a “hegemonia constitui, então, um sentido de realidade para a

maioria das pessoas em uma sociedade, um sentido absoluto por se tratar de uma realidade vivida além da qual se torna muito difícil para a maior parte da sociedade mover-se, e que abrange muitas áreas de suas vidas”. O conceito de hegemonia foi formulado por Antônio Gramsci, marxista italiano, e depois passou pela criação da definição de contra hegemonia de Williams.

Conforme explica Dênis de Moraes (2016), a mídia exerce um papel fundamental na manutenção da hegemonia e do *status quo*, o que reforça a ideia do poder da indústria cultural. No entanto, tendo ciência de que a cultura dominante é histórica e mutável, cumpre procurar um dos pontos centrais para a sua conservação ao longo do tempo. Williams (2011, p. 53-54) evidencia o processo de incorporação como elemento essencial para a manutenção da cultura dominante.

Vinculado à inserção de etnias mais diversas na mídia televisiva, observa-se que, nos últimos anos, houve uma ampliação de personagens negros nas telenovelas, como têm ocorrido com a ficção seriada – “Amor Perfeito” (exibida às 18h30), “Vai na Fé” (exibida às 19h30) e até “Terra e Paixão” (horário nobre – às 21h15), que passaram a contar com uma parcela significativa de atores e atrizes negros, sendo alguns protagonistas como Sheron Menezes que interpreta “Sol” na novela “Vai na Fé”. Quase metade do elenco é negro.

No entanto, se as telenovelas já apontam para uma mudança contra-hegemônica, no caso do telejornalismo, há uma presença inexpressiva de jornalistas, apresentadores e até mesmo fontes negras. Tem-se a hegemonia branca. Nesse sentido, ao resgatar o conceito de Cenário de Representação Social e Política, a partir de Lima (2001), compreende-se que não é somente nos noticiários, mas também nos programas de entretenimento – como no caso das telenovelas que são o carro-chefe da Rede Globo – que são criadas as representações sociais e reforçados estereótipos e estigmas. Percebe-se, como foi dito, que hoje o Grupo Globo vive dilemas entre dar uma abertura maior para grupos contra hegemônicos (mulheres, negros, comunidade LGBTQIAPN+), principalmente no espaço ficcional, mas há resistências de incorporar estes grupos minorizados nos espaços do telejornalismo. Tomando como base os principais telejornais da Globo, a representatividade dos negros, do público LGBTQ e de outras minorias ainda é muito pequena e a forma como são retratados demonstra uma visão preconceituosa. No caso dos negros, reproduzem e tentam naturalizar a visão hegemônica dominante de que devem ocupar posições subalternas – não têm espaço

como jornalistas e, como fontes ou personagens, são, na maioria das vezes, visíveis somente em casos de notícias sobre tragédias, miséria social, violência, periferia.

Araújo (2000) argumenta que a população negra não é representada no cenário da mídia ou é representada de forma estigmatizada. O que ocorre é que se perpetua na sociedade e se naturaliza nos discursos tanto sociais quanto midiáticos é a situação privilegiada de uma elite branca que oprime os pretos e pardos, que, segundo dados do IBGE, são maioria no país. Conforme Bourdieu (1989), trata-se da violência simbólica que naturaliza tais discursos.

### **Representatividade, visibilidade e *tokenismo***

A construção das identidades e das representações sociais na sociedade contemporânea se dá, preferencialmente, na instância midiática. Douglas Kellner (2001) afirma que a identidade na sociedade contemporânea é cada vez mais mediada pela mídia, que por meio de suas imagens fornece moldes e ideais para a formação da identidade pessoal. Segundo o autor, para se discutir as questões identitárias na atualidade é necessário levar em conta os conteúdos midiáticos, principalmente do cinema, da música e da televisão. Neste sentido, a cultura da mídia, por meio das suas imagens e figuras, cria ferramentas de identificação e reprodução de comportamentos.

Na verdade, a cultura da mídia reproduz as lutas e os discursos sociais existentes, expressando os meios e os sofrimentos da gente comum, ao mesmo tempo que fornece material para a formação de identidades e dá sentido ao mundo. Quando os membros dos grupos oprimidos têm acesso à cultura da mídia, suas representações muitas vezes articulam visões outras da sociedade e dão voz a percepções mais radicais. No entanto, a crítica diagnóstica também se interessa pelas limitações dessas obras na defesa dos interesses dos oprimidos. (KELLNER, 2001, p. 203).

Kellner (2001) ressalta a maneira como as imagens estão presentes nos veículos de massa, sendo capazes de influenciar a sociedade e levando a crer que a identidade cultural é constituída, em parte, pelas imagens icônicas de heróis étnicos, emblemas de identidade e forças de divisão entre as raças. A partir da análise do filme “Faça a Coisa Certa”, de Spike Lee, o autor diz que a cultura da mídia é um espaço de luta, em que os indivíduos escolhem seus próprios significados culturais e estilos, em um sistema que

inevitavelmente envolve a afirmação de alguns emblemas identitários e a rejeição de outros.

As instituições sociais individualizam as pessoas com números: da seguridade social, das relações de consumidores, dos bancos de dados, da polícia, dos registros acadêmicos etc., mas criar identidade própria significa recusar-se a ser definido por essas determinações e optar por outras formas de identificação. A cultura da mídia fornece recursos apropriados à produção de significados pelo público, à criação de identidades.

Na linha dos Estudos Culturais e no debate sobre a relação dos sujeitos com a sociedade, Stuart Hall (2009) explica que as identidades são posições impostas aos sujeitos, construídas por representações e a partir de pontos de “saturação” moldados pelas práticas políticas e discursivas. As identidades surgem das relações de poder e se tornam um produto de marcação da diferença e exclusão dos signos, não uma unidade idêntica naturalmente constituída.

O resultado de uma bem-sucedida articulação ou “fixação” do sujeito ao fluxo do discurso. [...]. As identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir embora “sabendo”, sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma “falta”, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas idênticas – aos processos de sujeito que são nela investidos. (HALL, 2009, p. 112).

Hall (2009) explica que as identidades modernas se tornaram descentralizadas e fragmentadas em decorrência de uma mudança estrutural em fins do século XX. Tais mudanças fragmentam a compreensão sobre as percepções culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e racionalidade. Hall (2009) aponta três concepções de identidade: o sujeito do iluminismo (centrada, unificada), o sujeito sociológico (é construída nas interações sociais) e o sujeito pós-moderno (identidades efêmeras, por vezes contraditórias). Ao dialogar com os produtos da Globo – telenovelas, seriados e o telejornais, percebe-se que há uma forma diferenciada de lidar com as representações das minorias. Se nos espaços ficcionais há uma abertura para retratar sujeitos mais fluidos, no caso do telejornalismo, há uma resistência, tanto que o padrão dos jornalistas se repete em 2010, 2017 e 2020, mostrando que não houve uma busca de readequações.

Kellner (2001) enfatiza o papel da mídia de difusora de valores, práticas, costumes e estéticas. Seus conteúdos, repletos de arquétipos e estereótipos, despontam

como modelos atraentes para serem incorporados e ressignificados. A cultura da mídia proporciona alegorias sociais que expressam receios, aspirações e esperanças de muitos grupos sociais. Seus conteúdos populares inspiram-se em sentimentos e experiências de seu público-alvo, retratando-os e difundindo efeitos materiais que modelam pensamentos e comportamentos.

A cultura da mídia põe à disposição imagens e figuras com as quais seu público possa identificar-se, imitando-as. Portanto, ela exerce importantes efeitos socializantes e culturais por meio de seus modelos de papéis, sexo e por meio das várias posições de sujeito que valorizam certas formas de comportamento e modos de ser enquanto desvalorizam e denigrem outros tipos. (KELLNER, 2001, p. 307).

Não obstante, a identidade também é formada a partir das relações com o outro, as experiências e ensinamentos adquiridos ao longo da vida. Para Collins (2000), é preciso levar em consideração que gênero, raça e classe social são sistemas distintos de opressão subjacentes à uma única estrutura de dominação. Ademais, uma simples comparação entre os sistemas de opressão é prejudicial, devido ao risco de hierarquizar as formas de opressão que são, em último caso, completamente interligadas umas às outras. Neste sentido, a jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw (2002) discute o conceito de interseccionalidade:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002: 177).

Segundo Rodrigues (2013), o conceito de interseccionalidade, tal como foi originalmente formulado, permite a visibilidade de múltiplas formas de pertencer a um grupo sem cair no reducionismo de um denominador comum e, conseqüentemente, em um relativismo que transforme as diversas formas de opressão em apenas um objeto de disputa discursiva. Collins (1998, p.201) estimula a não perder de vista que “o posicionamento de um grupo em meio a relações de poder hierárquicas produz um desafio compartilhado pelos indivíduos destes grupos”. Ou seja, as estratégias

individuais precisam ser compreendidas para que não se perca de vista como a opressão afeta a coletividade.

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais. (BILGE, 2009, p. 70).

Para Hirata (2014), a interseccionalidade é um instrumento de luta política, pois é uma das formas de combater as múltiplas e imbricadas opressões. Não obstante, Collins (2014) reitera que a interseccionalidade é, ao mesmo tempo, “projeto de conhecimento” e uma arma política. Assim, enquanto as representações na mídia buscarem homogeneizar os grupos sociais desconsiderando as especificidades presentes em cada indivíduo, a crise de identificação e a manutenção dos estereótipos e preconceitos permanecerão sendo considerados como expressão do real.

No entanto, como forma de se posicionar como um ambiente diverso e democrático os telejornais adotam “tokens” — uma inclusão simbólica e superficial de determinados grupos minoritários — para eliminar as evidências de um espaço racista e segregado. Martin Luther King (1962) salienta que esse processo não consiste em um esforço real para incluir as minorias e dar-lhes os mesmos direitos e poderes do grupo dominante. Segundo o autor, o “*tokenismo*” é uma prática recorrente nos meios em que as opressões estruturais, de raça e gênero são alvo de um trabalho crítico de conscientização e reivindicação para que os grupos minoritários consigam acessar direitos que lhe são negados, concentrando nas mãos de poucos o que pode ser denominado de privilégio social.

Para os pesquisadores Michael Hogg e Graham Vaughan (2008), a definição de *tokenismo* é a de outra forma de discriminação, já que torna pública pequenas ações de aparente valorização de determinado grupo minoritário. Esses atos relativamente pequenos ou triviais normalmente aparecem como resposta a acusações de preconceito e se tratam de justificativas para evitar atos mais positivos e significativos.

Ao invés de políticas públicas universalistas que efetivassem direitos sociais para as camadas vulneráveis da população, propunha-se “um lugar na mesa” (“a seat at the table”) para

uma parcela minúscula de seus representantes. Assim, o “tokenismo” político – como prática de recrutamento de um pequeno número de indivíduos pertencentes a comunidades sub-representação em esferas de poder – visava dar a aparência de ascensão social de grupos inteiros e de incorporação de suas demandas pelo establishment. (ANDRADE, 2020, p. 85).

A Globo tem atuado com a promoção de alguns profissionais ao estrelato para promover a ideia de diversidade. No caso de atrizes e atores negros, têm-se, como exemplo, Sheron Menezes, Thaís Araújo, Lázaro Ramos, Camila Pitanga que hoje protagonizam novelas e seriados da emissora. No caso do público LGBTQIAP+, o adoecimento do ator Paulo Gustavo de Covid-19, que ficou em estado grave, vindo a falecer no dia 4 de maio de 2021, ganhou grande visibilidade na Globo, com homenagens durante toda a semana, com reprises de seus filmes, seriados na emissora e entrevistas com familiares e depoimentos de amigos. No caso do jornalismo, o exemplo mais recente é a ascensão da jornalista Maria Júlia Coutinho – Maju - que ganhou notoriedade no telejornalismo da Globo. De repórter da previsão do Tempo em 2017, em pouco tempo, passou a função de apresentadora do *Jornal Hoje*.

Vamos discutir no próximo tópico o Padrão Globo de Qualidade que está vinculado ao predomínio dos padrões estéticos em detrimento do conteúdo. Isso tem a ver também com a escolha dos profissionais que atuam na emissora. Isso explica, de certa forma, ao padrão na escolha em termos de etnias, raças, tipos físicos, o que tem sérias implicações sobre a diversidade. É possível pensar na inserção de jornalistas fora do peso, de etnias diferentes, de estaturas muito diferenciadas (muito alto, muito baixo), que sejam assumidamente gays, lésbicas (que se manifestem, inclusive, em suas redes sociais), de raças (a resistência em ter, de fato, uma representatividade de apresentadores e repórteres negros, numa população de maioria negra e/ou parda) no Padrão Globo de Qualidade?

É comum ver notícias sobre a demissão de jornalistas da Globo por não se enquadrarem mais nos padrões estéticos. Em notícia publicada no *Brasil 247*, intitulada “Jornalista da Globo que foi demitida por estar gorda desabafa: ouvi que se eu quisesse mesmo emagrecer, tinha emagrecido”, no dia 30 de janeiro de 2021, a jornalista Michelle Sampaio, que trabalhava na TV Vanguarda, afiliada da TV Globo no Vale do Paraíba (SP), em que apresentou o telejornal da noite por 14 anos, até engordar após a primeira gravidez, acabou sendo demitida. Ela afirma que a sua demissão tem a ver com

o fato de ter engordado e não estar mais nos padrões estéticos para uma apresentadora. (*BRASIL 247*, 30 de janeiro de 2021).<sup>7</sup>

Em pesquisa sobre os corpos gordos na televisão, Fruett e Zago (2017) retratam a invisibilização de corpos obesos do escopo das lentes das câmeras no telejornalismo brasileiro. Para os autores (2017), a ausência contrapõe-se ao enaltecimento do emagrecimento midiaticamente divulgado de vários de jornalistas da Rede Globo, como Fausto Silva, Renata Capucci, Patrícia Poeta, Renata Ceribelli e Fernando Rocha etc. O estudo identifica a partir de reportagens sobre o tema, como o corpo gordo de jornalistas se tornam alvo de atos de ódio e violência, seja pelo público espectador ou pelos colegas de profissão, por meio de afirmações que reafirmam a ideia “de que a gordura precisa ser expulsa do escopo das lentes das câmeras do telejornalismo” (FRUETT , ZAGGO, 2017, p. 6).

O jornalista Paulo Stein, de 73 anos, narrador esportivo, contratado em 2011 pelo SporTV, ficou no Grupo Globo até 2019, quando foi demitido, alegando ser mais uma vítima da prática da gordofobia. Em entrevista ao *Portal Uol*, ele afirma que a sua demissão se deve ao fato de ser gordo. (*PORTAL UOL*, 20 de fevereiro de 2021)<sup>8</sup>. A interseccionalidade se explica justamente pela exclusão que se efetiva seja pelo preconceito de raça, de gênero, de classe social ou até mesmo de ordem estética ou quando é combinada – uma mulher negra tem menos condições de inserção assim como um negro homossexual ou um negro obeso.

### **Telejornalismo, Padrão Globo de Qualidade e *Jornal Nacional***

Para Arlindo Machado (2003), é incontestável o papel que a televisão tomou como um dos mais importantes veículos de massa com influência na sociedade moderna. Não obstante, é por meio dela que a civilização pode expressar os seus próprios anseios, dúvidas, crenças, descrenças etc. Mas, para Muniz Sodré (2010), a televisão não cumpre o seu papel como um meio tão democrático quanto se propõe, pois, a ideologia transmitida por ela dialoga, sobretudo, com as classes dominantes que exercem controle do Estado.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.brasil247.com/midia/jornalista-da-globo-que-foi-demitida-por-estar-gorda-desabafa-ouvi-que-se-eu-quisesse-mesmo-emagrecer-tinha-emagrecido>. Acesso em: 04 mai. 2021.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2021/02/20/narrador-diz-que-foi-demitido-da-globo-por-ser-gordo-la-nao-pode.htm>. Acesso em: 04 mai. 2021.

Atualmente, a TV já não é tão dominante, pois os formatos e conteúdos presentes nas mídias virtuais agora têm influência nas narrativas televisivas. No Brasil, por exemplo, uma pesquisa realizada pelo Senado e pela Câmara dos Deputados em 2019, revela que a televisão é a principal fonte de informação apenas de 67% dos brasileiros com mais de 60 anos, contra 40% na faixa entre 16 a 29 anos. Esses dados não indicam o fim da televisão, já que as mídias tradicionais e digitais coexistem e reinventam a comunicação.

Com a ruptura da crença de que o público era passivo frente às notícias veiculadas, hoje já existe uma nova perspectiva sobre os estudos de recepção do conteúdo a partir de quem assiste. Para Becker (2005), as interpretações sobre o como o receptor vai reagir a determinado noticiário vão depender das ideologias, valores e cognição dele, ou seja, variam de acordo com o contexto sociocultural e cognitivo. Dessa forma, uma notícia pode ser interpretada de diferentes formas pelos diferentes públicos de um telejornal.

Devido à grande audiência e qualidade técnica, o *Jornal Nacional* é tido como um demonstrativo do jornalismo televisivo brasileiro e produziu um conceito de jornalismo com um padrão definido, geralmente seguido por telejornais de outras emissoras. Rezende (2000) afirma que o Padrão Globo de Qualidade no telejornalismo diz respeito à ênfase que é dada nas formas estéticas em detrimento de um conteúdo mais aprofundado e crítico – que acaba sendo uma abordagem mais superficial dos fatos.

Santos (2011) explica que o Padrão Globo de Qualidade foi construído a partir de alguns pilares: (a) organização centralidade e padronizada dos programas, com prioridades nas telenovelas e telejornais, como prevalece até hoje; (b) produção em fluxo – cenografia e figurinos; (c) fórmula sanduíche – os telejornais são inseridos entre as telenovelas; (d) rede nacional alinhadas com as mais de 120 afiliadas da Globo espalhadas por todo o país; (e) programação vertical – com uma programação que se estende hoje por 24 horas e programão horizontal – com programas seriados (novelas, seriados e *reality show*, por exemplo).

Becker (2005) explica que os telejornais não formam um discurso hegemônico, pois eles apenas fornecem informações para o telespectador, embora elas não cheguem completamente ordenadas e elaboradas ao público. “É no espaço simbólico dos noticiários que [...] acompanhamos, julgamos e construímos o cotidiano da nação, sob e sobre o olhar dos âncoras, repórteres e editores” (BECKER, 2005, p. 48).

Tal construção é incompleta, uma vez que a participação dos jornalistas negros nas emissoras de televisão com canal aberto continua mínima, enquanto os brancos permanecem sendo maioria na construção do discurso. Dessa forma, a falta de diversidade étnico-racial no telejornalismo representa um impasse na construção e representação de uma sociedade democrática, já que os afrodescendentes (54% da população) não se veem nesse espaço e não se sentem representados. A autora Zilda Martins (2011) acrescenta que o apagamento dos negros na mídia acontece também no impresso, não apenas na televisão.

No Brasil, o *Jornal Nacional*, produzido e exibido pela Rede Globo há 51 anos, é o telejornal com maior audiência da televisão aberta. A programação do *JN* é transmitida de segunda a sábado e seus âncoras são William Bonner e Renata Vasconcellos. Sua duração é de aproximadamente uma hora, exceto às quartas-feiras, quando ocorrem os jogos de futebol, e a programação dura, em média, 35 minutos. O *JN* possui um caráter mais sério do que os demais telejornais da manhã e da tarde, veiculando principalmente matérias relacionadas a economia, política e notícias internacionais.

Valente (1987, p. 27) diz que “não existe; é irreal a igualdade de raças no Brasil [...]”. O mito da democracia racial tem como objetivo esconder os conflitos raciais existentes e diminuir sua importância, passando uma ideia mais ‘bonitinha’ para a sociedade”. Essa falsa ideia de democracia racial é pautada, também, pelos meios de comunicação, sobretudo pelo telejornalismo brasileiro. Atualmente, dentre os meios de comunicação, a mídia televisiva é um dos maiores transmissores de conteúdo e informação, considerando que seu alcance é maior do que o da internet. É, portanto, uma importante produtora de sentido.

### **Análise das edições do *Jornal Nacional* de 2010, 2017 e 2020**

Foram analisadas 03 edições de 2010 (13 e 15 de janeiro de 2010), 03 edições de 2017 (28 a 30 de novembro de 2017) e 03 edições do *Jornal Nacional* (18 a 20 de janeiro de 2020), transmitidas pela Rede Globo. Para este artigo, foram considerados todos os jornalistas que apresentaram os telejornais e os repórteres que apareceram nas matérias. Nas 09 edições, sendo 03 de cada período do telejornal (03 de 2010, 03 de 2017 e 03 de 2020), foram registradas a presença de apenas 03 apresentadores no *Jornal Nacional* – Chico Pinheiro e Renata Vasconcelos em 2010 (estavam substituindo

Fátima Bernardes e William Bonner no período de férias); Renata Vasconcelos e William Bonner em 2017; e Renata Vasconcelos e Willian Bonner em 2020.

Não há a presença de nenhum apresentador ou apresentadora negra. Entre os jornalistas negros de destaque da Globo estão: Glória Maria, Maria Júlia Coutinho, Heraldo Pereira e Zileide Silva. Glória Maria atuava como repórter especial no *Globo Repórter*. Maria Júlia Coutinho (Maju) apresentava o *Jornal Hoje* e hoje está à frente do programa dominical *Fantástico*. Já o repórter Heraldo Pereira e Zileide Silva são repórteres com longa trajetória na Globo e fazem cobertura especial e, eventualmente, apresentam o *Jornal Nacional*, *Jornal da Globo* e *Jornal Hoje*. Como apontam Hogg e Vaughan (2008), o *tokenismo* é acionado como forma de discriminação, já que torna pública pequenas ações de aparente valorização de determinado grupo minoritário. Pode-se entender esta suposta valorização de jornalistas negros que ganham estrelato na Globo, enquanto a representatividade é inexpressiva.

Quanto aos repórteres que apareceram, em 2010, foram 20 (vinte) jornalistas que atuaram na reportagem, sendo 4 (quatro) correspondentes nos Estados Unidos, em função da cobertura do terremoto no Haiti. A Globo mobilizou a equipe e enviou a repórter Lília Telles e o repórter Rodrigo Alvarez para Porto Príncipe, capital do Haiti, que fizeram notícias diretas da cidade, mostrando a tragédia causada pela catástrofe que deixou 300 mil mortos no país. Dos 20 jornalistas, apenas 1 jornalista era negra. Em 2017, foram 20 repórteres e apenas 1 repórter negra, Zileide Silva, que atua como uma das principais jornalistas da cobertura política da Globo em Brasília. Está na Globo desde 1997 e é repórter especial e, eventualmente, também atua como apresentadora do *Jornal Hoje*. Em 2020, das três edições, foram 24 repórteres mobilizados no período e nenhum repórter negro, mostrando que, ao longo dos 10 anos, a situação em relação à representatividade piorou.

**QUADRO 1:** Participação dos jornalistas negros no *Jornal Nacional* (13 a 15 de janeiro de 2010)

<b>Função</b>	<b>Jornalista</b>	<b>Regionalidade</b>	<b>Cor</b>
1. Apresentador	Chico Pinheiro	Rio de Janeiro – RJ	Branca
2. Apresentadora	Renata Vasconcelos	Rio de Janeiro – RJ	Branca

3. Correspondente	Giuliana Morrone	Nova York – EUA	Br anca
4. Correspondente	Rodrigo Alvarez	Nova York – EUA	Br anca
5. Repórter Afiada	Karen Schmidt	Lorena – SP	Br anca
6. Repórter	Poliana Abritta	Brasília – DF	Br anca
<b>7. Repórter Afiada</b>	<b>Dulcinéia Neves</b>	<b>Curitiba - PR</b>	<b>N egra</b>
8. Repórter	Tonico Ferreira	Rio de Janeiro – RJ	Br anca
9. Repórter	Cristina Serra	Brasília – DF	Br anca
10. Repórter – Enviada	Lília Telles	Porto Príncipe – Haiti	Br anca
11. Correspondente	Luís Fernando Silva Pinto	Washington – EUA	Br anca
12. Repórter do Tempo	Flávia Freitas	São Paulo – SP	Br anca
13. Repórter	Renato Ribeiro	Rio de Janeiro – RJ	Br anca
14. Repórter	Paulo Renato Soares	Rio de Janeiro – RJ	Br anca
15. Repórter	George Guilherme	Rio de Janeiro – RJ	Br anca
16. Repórter	José Roberto Burnier	São Paulo – SP	Br anca
17. Repórter	Edney Silvestre	Rio de Janeiro – RJ	Br anca
18. Repórter	Monalisa Perrone	São Paulo – SP	Br anca
19. Repórter	Júlio Mosquera	Brasília - DF	Br anca
20. Correspondente	Flávio Fachel	Nova York – EUA	Br anca

21. Repórter	Sandra Passarinho	Rio de Janeiro - RJ	Branca
22. Repórter	Verônica Perusko	São Paulo - SP	Branca

Fonte: dos autores, 2022.

Na semana analisada, no período de 13 a 15 de janeiro de 2010, o grande destaque em termos de notícia é o terremoto no Haiti, ocorrido no dia 12 de janeiro, que deixou mais de 300 mil mortos e 300 mil feridos, uma tragédia sem precedentes, num país já com os piores indicadores sociais. O *Jornal Nacional* mostra a destruição na capital Porto Príncipe e a situação de desespero dos sobreviventes – a maioria da população é negra. As imagens do caos, da destruição, do sofrimento chocam. Há um contraste dos personagens que aparecem nas imagens – negros vítimas das mazelas sociais, vítimas da catástrofe – e a cobertura sofisticada do Padrão Globo de Qualidade, em que os repórteres são hegemonicamente brancos. O repórter Rodrigo Alvarez faz a cobertura num helicóptero. A repórter Lilia Telles é enviada para cobrir direto de Porto Príncipe. Mas não há fontes, apenas personagens anônimos em meio ao caos.

Como havia muitos brasileiros enviados ao Haiti em missão do Exército, houve uma cobertura junto a familiares no Brasil. Foram entrevistados familiares em Lorena - SP e em Resende – RJ. E, em Curitiba, houve a cobertura da repercussão da morte da médica e pediatra Zilda Arms, vítima do terremoto que estava no Haiti. Também foi feita a cobertura da repercussão em Brasília. Os demais dias tiveram notícias trazendo a repercussão da tragédia no Haiti, de 13 a 16, com basicamente os mesmos repórteres e correspondentes. Quanto às outras notícias, a rede noticiosa, conforme aponta Oliveira *et al* (2021), é focada em fontes primárias e há uma ordem no espaço. Estão geograficamente localizadas em Brasília, no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde estão os jornalistas chamados de “sentinelas”, que fazem a cobertura de determinadas instituições. Do total de 20 jornalistas, temos 6 do Rio de Janeiro (30%), 5 de São Paulo (25%), 4 correspondentes (20%), 3 de Brasília (15%). Quanto à representatividade negra, é de apenas 5%, com o agravante de se tratar de uma repórter de afiliada e não está em rede nacional sempre.

O Padrão Globo de Qualidade, como apontam Rezende (2000) e Santos (2011), se fazem evidentes ao privilegiar um padrão estético numa cobertura com imagens impactantes, mas pouco aprofundadas. Traz imediatismo, chocam, mas não levam a

uma reflexão, inclusive sobre o que levam a tantas desigualdades e fazem com que países como Haiti vivam em condições tão desumanas. Como veremos a seguir, nas edições de 2020, a tabela de jornalistas da Globo, permanece pouco alterado.

**QUADRO 2:** Participação dos jornalistas negros no *Jornal Nacional* no período de 28 a 30 de novembro

<b>Função</b>	<b>Jornalista</b>	<b>Regionalidade</b>	<b>Cor</b>
1. Apresentador	William Bonner	Rio de Janeiro – RJ	Branca
2. Apresentadora	Renata Vasconcelos	Rio de Janeiro - RJ	Branca
3. Repórter	Carlos de Lannoy	São Paulo – SP	Branca
4. Repórter	Elaine Bast	São Paulo – SP	Branca
5. Correspondente	Felipe Santana	Nova York - EUA	Branca
6. Correspondente	Fábio Turci	Nova York - EUA	Branca
7. Repórter Afiliada	Ricardo Von Dorff	Chapecó - SC	Branco
8. Repórter Afiliada	Kênia Meuer	Florianópolis – SC	Branca
9. Repórter	Marcelo Cosme	Brasília – DF	Branca
10. Repórter	Vladimir Netto	Brasília – DF	Branca
11. Repórter	Marcos Losekann	Brasília - DF	Branca
12. Repórter	Delis Ortiz	Brasília - DF	Branca
13. Correspondente	Tiago Eltz	Nova York – EUA	Branca
14. Repórter	Galvão Bueno	Argentina	Branca

15. Repórter	Honório Jacometto	Goiânia – GO	B ranca
16. Repórter	Camila Bomfim	Brasília – DF	B ranca
<b>17. Repórter</b>	<b>Zileide Silva</b>	<b>Brasília - DF</b>	<b>N egra</b>
18. Correspondente	Luís Fernando Silva Pinto	Washington - EUA	B ranca
19. Correspondente	Ilze Scamparine	Roma – Itália	B ranca
20. Repórter	Fernando Rêgo Barros	Brasília – DF	B ranca
<b>21. Repórter Tempo</b>	<b>Maria Júlia Coutinho – Maju</b>	<b>São Paulo - SP</b>	<b>N egra</b>
22. Repórter	Alberto Gaspar	São Paulo - SP	B ranca
23. Repórter	César Menezes	São Paulo - SP	B ranca
24. Repórter	Alan Severiano	São Paulo - SP	B ranca
25. Repórter	Jaqueline Brazil	São Paulo - SP	B ranca
26. Repórter	Mônica Teixeira	Rio de Janeiro - RJ	B ranca

Fonte: dos autores, 2022.

O Quadro 2 evidencia a hipótese de que os telejornais da Globo acionam os *tokens* quando são inseridos apenas alguns jornalistas negros num universo em que não há representatividade para as minorias. De 24 repórteres, duas jornalistas Zileide Silva e Maria Júlia Coutinho são negras (8,3%). Maju, como ficou conhecida, ainda estava como apresentadora da previsão do Tempo. Depois, teve uma ascensão e se tornou apresentadora do *Jornal Hoje*. Tem sido uma das estratégias da Globo para falar de diversidade. Mas o fato de que de 2010, passando por 2017 e chegando a 2020 com uma predominância de brancos e uma ausência de negros nos telejornais da Globo é sintomático do racismo estrutural. Em 2017, o *Jornal Nacional* teve uma cobertura centrada, principalmente, na ênfase das ações da Operação Lava Jato, quando o seu

posicionamento político estava explícito contra o PT e também em oposição ao governo Temer.

Observa-se tal fato com a concentração de jornalistas em Brasília. São 7 (sete) jornalistas – sendo a maioria voltados para cobertura especial em Brasília (29,16%), 6 (seis) em São Paulo (25%), seguido de 6 (seis) correspondentes, sendo 4 (quatro) nos Estados Unidos (25%), 2 (dois ou 12,5%) no Rio de Janeiro e 2 (dois – 12,5%) em Santa Catarina e 1 em Goiânia (6,25%). Fica evidente a concentração em termos de regionalidade, com um viés essencialmente político na cobertura centrada em Brasília. Passados 10 anos, em 2020, a situação mantém-se muito semelhante. Conforme o Quadro 3, pode-se constatar que a representatividade dos negros ficou ainda pior. Se, em 2017, tinham 2 (duas) jornalistas negras, em 2020, não havia nenhum dos 24 jornalistas.

**QUADRO 3:** Participação dos jornalistas negros no *Jornal Nacional* no período de 18 a 20 de janeiro de 2020

<b>Função</b>	<b>Jornalista</b>	<b>Regionalidade</b>	<b>Cor</b>
1. Apresentador	William Bonner	Rio de Janeiro – RJ	Branca
2. Apresentadora	Renata Vasconcelos	Rio de Janeiro – RJ	Branca
3. Repórter	Alan Severiano	São Paulo – SP	Branca
4. Repórter	Vladimir Netto	Brasília – DF	Branca
5. Correspondente	Ismar Madeira	Nova York – EUA	Branca
6. Correspondente	Tiago Eltz	Nova York – EUA	Branca
7. Repórter	Wallace Lara	São Paulo – SP	Branco
8. Repórter	Júlio Mosquera	Brasília – DF	Branca
9. Repórter	Eric Faria	Rio de Janeiro – RJ	Branca

10. Repórter	Delis Ortiz	Brasília – DF	Branca
11. Repórter Afiliada	Daniela Abranches	Manaus – AM	Branca
12. Repórter	Débora Rodrigues	Belém – PA	Branca
13. Correspondente	Pedro Vedova	Londres – Inglaterra	Branca
14. Repórter	Paulo Renato Soares	Rio de Janeiro – RJ	Branca
15. Repórter	Fábio Turci	São Paulo – SP	Branca
16. Repórter	Graziela Azevedo	São Paulo – SP	Branca
17. Repórter	Geiza Duarte	Brasília – DF	Branca
18. Correspondente	Carlos Gil	Tóquio – Japão	Branca
19. Repórter	Pedro Bassan	Rio de Janeiro	Branca
20. Repórter	Cláudio Bomtempo	Brasília – DF	Branca
21. Correspondente	Bianca Rotier	Zurique – Suíça	Branca
22. Repórter Tempo	Anne Lottermann	São Paulo – SP	Branca
23. Repórter	Bruno Tavares	São Paulo – SP	Branca
24. Repórter	Diego Haidar	Rio de Janeiro – RJ	Branca
25. Repórter	Carol Barcelos	Rio de Janeiro – RJ	Branca
26. Repórter Afiliada	Viviane Possato	Belo Horizonte - MG	Branca

Fonte: dos autores, 2021.

O Quadro 3 evidencia que, passados 10 anos, a situação torna-se ainda mais preocupante, do ponto de vista da representatividade das minorias no campo jornalístico, já que não há nenhum negro entre os 4 apresentadores e 24 repórteres. A única apresentadora negra, de grande visibilidade hoje na Globo, é Maria Júlia Coutinho, que apresenta o *Jornal Hoje*. Mesmo sendo importante a ascensão da jornalista e a sua representatividade, ao verificar os dados, verifica-se que se trata de um caso bem atípico.

Da mesma forma, têm-se problemas de representatividade regional. A concentração é em notícias de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, como já tinha sido verificado em 2010. Conforme apontam Oliveira *et al* (2021), há, de fato, uma dependência das fontes e uma organização burocrática que faz com que os jornais criem uma relação viciada com as estruturas primárias que são as instituições oficiais. Reproduzem, assim, relações de poder hegemônicas e não abrem espaços para vozes contra-hegemônicas (Oliveira *et al*, 2021). Os dados de 2020 apontam que, na organização dos jornalistas, quanto à rede noticiosa, temos 6 (seis) repórteres no Rio de Janeiro (25%), 5 (cinco) tanto em São Paulo quanto Brasília e Correspondentes – (21% para cada). Fora dos eixos hegemônicos, é possível listar uma repórter em Manaus (AM), uma no Pará e uma em Belo Horizonte, todas pertencentes ao quadro de afiliadas, ou seja, não compõe o núcleo de jornalistas de rede.

**QUADRO 4:** Distribuição dos Jornalistas quanto à territorialidade geográfica na cobertura do JN

Região	Número de Jornalistas	Percentual	Número de Jornalistas Negros (a)	Percentual
Correspondentes	16	22,22%	0	0
São Paulo	16	22,22%	1	1,39%
Brasília	15	20,84%	1	1,39%
Rio de Janeiro (RJ)	13	18,06%	0	0
Apresentadores (RJ)	04	5,54%	0	0
Florianópolis (SC)	01	1,39%	0	0
Chapecó (SC)	01	1,39%	0	0

Goiânia (GO)	01	1,39%	0	0
Belo Horizonte (MG)	01	1,39%	0	0
Manaus (AM)	01	1,39%	0	0
Belém (PA)	01	1,39%	0	0
Curitiba (PR)	01	1,39%	1	1,39%
Porto Príncipe	01	1,39%	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>72</b>	<b>100%</b>	<b>3</b>	<b>4,17%</b>

**Fonte:** dos autores, 2021.

O Quadro 4 faz uma síntese dos três momentos analisados – 2010, 2017 e 2020 quanto à presença de jornalistas negros no Jornal Nacional. Numa população de 56% de pardos e negros, conforme censo do IBGE de 2022, no universo do telejornalismo da Globo, tem-se apenas 3 (três) jornalistas negras ou 4,17% num universo de 72, sendo que 1 (uma) é jornalista de afiliada. Isso é bastante sintomático quando se discute racismo estrutural e estamos num momento em que a emissora fala em diversidade, em discursos voltados às minorias, mas, na prática, o que se percebe é a hegemonia de uma elite branca presente todos os dias no horário nobre apresentando as notícias e mostrando aos telespectadores que os negros podem ser apenas personagens – culpados ou vítimas do sistema, mas dificilmente protagonistas.

Mesmo sendo importante a ascensão da jornalista e a sua representatividade, ao verificar os dados, verifica-se que se trata de um caso bem atípico. Conforme explica Araújo (2000), a falta de representação na mídia – seja nas telenovelas ou no telejornalismo - evidencia a hegemonia da elite branca e a exclusão do negro, reflexo de uma sociedade em que o racismo estrutural se faz presente.

Da mesma forma, têm-se problemas de representatividade regional. A concentração é em notícias de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, como há tinha sido verificado em 2010. Conforme apontam Oliveira *et al* (2021), há, de fato, uma dependência das fontes e uma organização burocrática que faz com que os jornais criem uma relação viciada com as estruturas primárias que são as instituições oficiais. Reproduzem, assim, relações de poder hegemônicas e não abrem espaços para vozes contra hegemônicas (OLIVEIRA *et al.*, 2021). Os dados de 2020 apontam que, na organização dos jornalistas, quanto à rede noticiosa, temos 6 (seis) repórteres no Rio de Janeiro (25%), 5 (cinco) tanto em São Paulo quanto Brasília e Correspondentes – (21%

para cada). Fora destes eixos hegemônicos, aparece uma repórter em Manaus (AM), uma em Pará e uma em Belo Horizonte, todas são de afiliadas, ou seja, são aparições circunstanciais, por não serem jornalistas de rede.

A partir dos dados, pode-se afirmar que a desigualdade de oportunidades presente no *Jornal Nacional*, ao longo dos três períodos analisados com recortes respectivos a diferentes anos (2010, 2017 e 2020), mostra a aparição de apenas 3 (três) jornalistas negras, sendo 1 (uma) em 2010 e 2 (duas) em 2017 e nenhuma em 2020. Em 2010, trata-se de uma repórter de afiliada. São, no total, 72 jornalistas – sendo 22 em 2020, 24 em 2017 e 26 em 2010. Ou seja, num universo de 72 jornalistas, temos apenas 3 (três) jornalistas negras – 4, 17%. De acordo com Censo do Brasil de 2010, 43,4% da população do Brasil se declara parda e 7,5 como preta. Sabemos que estes números estão devassados e trazem distorções, já que os negros representam uma parcela bem mais significativa.

Esta invisibilidade demonstra o racismo estrutural e ao mesmo tempo o racismo institucional, tendo em vista que os conglomerados de mídia reproduzem tanto uma lógica discriminatória disseminada na sociedade e replicada em seu *modus operandi*. Essa exclusão que não necessariamente segue a proporcionalidade perpetua as desigualdades raciais e de gênero, pela falsa representatividade nos espaços de poder de decisão, perpetuando a marginalização dos grupos minoritários. Na adoção de “tokens”, como no caso da jornalista Maria Júlia Coutinho, que começou no “Quadro do Tempo”, migrou para o *Jornal Hoje* e, hoje está à frente da bancada do *Fantástico*, pode levar as pessoas a acreditarem que a diversidade está presente e que o racismo não precisa mais ser combatido. A TV é tida como um dos maiores meios de produção de sentido, sobretudo pelo papel exercido pelo telejornalismo. Assim, é necessário que se compreenda e se questione o que é exibido a partir da perspectiva de quem é representado nela.

Sílvio de Almeida (2019), no livro “Racismo estrutural”, busca organizar o debate que tem sido feito desde os anos 60 do século XX sobre como o racismo se estrutura na sociedade, nas instituições e impacta no cotidiano dos indivíduos. Segundo o autor (2019), o racismo deve ser pensado como um elemento analítico e não apenas como uma questão moral, o que permite lançar um olhar para os casos de racismo não de forma isolada, mas a partir de quatro eixos apontados por ele. O primeiro ponto refere-se ao Estado, que, no mundo contemporâneo, faz com que a política passe pela estatização da vida. Nossas vivências são, de certa forma, reguladas pelo aparato estatal.

O segundo eixo remete ao campo do direito como elemento racional e de demarcação do papel dos sujeitos em relação a si e ao mundo que o cerca. O terceiro elemento, segundo Almeida (2019), tem a ver com a ideologia, isto é, as formas de ver o mundo e as próprias identidades. Por fim, o quarto eixo remete ao campo econômico, que diz respeito às relações de produção e de reprodução da vida material. Ao se analisar a falta de representatividade dos negros no telejornalismo da Globo, há que se levar em conta estes eixos norteadores. Há uma dimensão ideológica de manutenção da hegemonia dominante, com implicações do ponto de vista econômico e também que dialogam com as políticas públicas do Estado. Manter grupos minorizados fora do sistema, fora do mercado de trabalho, sem visibilidade midiática não aponta apenas para atos sutis de racismo, mas de um racismo estrutural que faz com que a ausência do espaço público remete à exclusão social, econômica e política. Sem direitos e sem espaços de visibilidade e de voz, não são nem cidadãos de segunda classe. Estão condenados ao apagamento e ao fato de não pertencer à estrutura social dominante.

### **Considerações Finais**

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como a participação dos negros no *Jornal Nacional*, que este ano completam 51 anos e 49 anos, respectivamente, não é significativa ao ponto da Rede Globo se posicionar como emissora antirracista, quando não segue tal postura. Ficou bem sintomático, no caso de 2010, a trágica realidade do Haiti, de uma população devastada, em que personagens predominantemente negros eram retratados da forma mais vulnerável possível, retratados por uma equipe de jornalistas com alta sofisticação técnica de produção, basicamente de jornalistas brancos bem vestidos, que estavam distantes daquela realidade social. Tem-se uma reprodução da hegemonia da elite branca e do racismo estrutural ao não dar representatividade aos negros, que aparecem apenas como personagens em notícias com cunho trágico que mostram as mazelas sociais ou catástrofes como do Haiti que ficam evidenciados os altos índices de exclusão social, mas que são mostrados como algo naturalizado (BOURDIEU, 1989).

Quanto aos dados, evidencia uma situação preocupante que deve ser discutida nos cursos de Jornalismo. O telejornal de maior audiência do país, ao longo de 10 anos, num universo de 72 jornalistas, tem apenas 3 (três) jornalistas negras. Há várias formas de discriminação, mesmo que elas se manifestem de formas implícitas, como a Globo

que tem vendido a ideia de ser uma emissora que defende a diversidade e trabalha com grupos minoritários – em defesa das mulheres, negros, comunidade LGBTQIAPN+, mas que, na prática, em seus programas, reproduzem a lógica estrutural da elite branca. (HOGG, VAUGHAN, 2008). Se nas telenovelas e seriados, de forma gradativa, começa a se abrir espaço para as minorias, no caso do telejornalismo, tem-se uma hegemonia branca e baseada em padrões dominantes de beleza, alinhados com o que Almeida (2019) pontua com os alicerces do racismo estrutural e institucional, em que são vetados os direitos no campo jurídico, no campo político, econômico e a inserção social.

Isso é uma evidência clara do racismo estrutural, que é evidenciado na estrutura social brasileira, e também um racismo institucional, em que as regras do campo midiático e, no caso dos conglomerados midiáticos, é de manter uma ordem hegemônica branca, heteronormativa e excludente de corpos que não se alinham aos padrões dominantes. Na rede nacional da Globo, não apareceram jornalistas negros. Ademais, há a concentração regional, em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, no caso do Brasil. De 72 jornalistas, 48 (66,66%) estão concentrados nestas regiões e 16 (22,22%) são correspondentes (concentrados, principalmente, nos Estados Unidos, mesmo quando é para falar de qualquer outra parte do mundo). Restam apenas 8 repórteres que aparecem em outras regiões do país (11,11%), num país tão grande e tão diversificado como o país – isso incluindo Minas Gerais, estados do Sul do país e toda a região do Nordeste que sequer apareceu nas edições do *Jornal Nacional*. A Região Norte apareceu apenas 2 (duas vezes), por conta da pandemia da Covid-19, em que foram acionados em Manaus e em Belém.

Essa sub-representação dos negros legitima a dominação de uma minoria demográfica e a realidade de um racismo constitucional praticado pela sociedade e compactuado pelos meios de comunicação. As exceções, como o caso da jornalista Maria Júlia Coutinho – Maju, que teve uma rápida ascensão na Globo – do quadro “O Tempo” para a bancada do Jornal Hoje e depois para o *Fantástico* – reforça o conceito de *token* sugerindo uma certa ideia de diversidade, mas que oculta uma face de preconceito e falta de diversidade, tendo em vista que, nos espaços jornalísticos, os negros estão ausentes ou ocupando espaços menores. Conclui-se que os negros têm espaço como personagens anônimos no noticiário em reportagens em que são culpados ou vítimas de mazelas sociais ou catástrofes como ocorreu no Haiti, mas o espaço de jornalistas ou mesmo de fontes como protagonistas, especialistas e celebridades é raro na mídia massiva brasileira.

## Referências

- ACEVEDO, C.; TRINDADE, L. V. Análise de ausência de diversidade étnica nos telejornais brasileiros. **Revista Alceu**, Rio de Janeiro. v. 11, n. 22, p. 90-108, 2011. Disponível em: <http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=397&sid=34>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 256 p.
- ARAÚJO, J. Z. A. de. **Negação do Brasil**: o negro na telenovela brasileira. São Paulo: Editora SENAC, 2000. 335 p.
- BECKER, B. **A linguagem do telejornal**: um estudo da cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2005. 181 p.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 159 p.
- CONCEIÇÃO, C. M. N. da; LEITE, P. de S.; CRUZ, R. V. da; CARMO, C. R. do. A interseccionalidade e o feminismo negro: as diversas formas de segregações a partir do Colorismo. In: **SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA - SEMOC**, 22, 2019. Anais [...] Salvador: Instituto Brasileiro de Formação em Ciência e Tecnologia, 2019. p. 1-25.
- COSTA, K. De quando a pluralidade revela a invisibilidade. In: BORGES, R.; BORGES, R. (Orgs.). **Mídia e racismo**. Petrópolis: DP et Alii Editora, 2012. 40-65 p.
- DJOKIC, A. **Colorismo, o que é, como funciona. Blogueiras Negras**. Disponível em: <https://blogueirasnegras.org/colorismo-o-que-e-como-funciona/>. Acesso em: 4 fev. 2022.
- FRUETT, A.; ZAGO, L. F. Onde estão os corpos gordos da tevê? Uma análise sobre violência e ódio no telejornalismo. In: **SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO**, 7, 2017. Anais [...] Canoas: SBECE, 2017. p. 1-13.
- GIORGI, M.C.; ALMEIDA, F.S. de.; PAIVA, M.V.S. A não representação do negro nas telenovelas brasileiras: o caso Gabriela. **Revista de Educação**, v.10, n. 20, p. 573-583, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeducare/article/view/12598/9012>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- KING, M. L. Jr. **Why We Can't Wait**. Nova York: New American Library Harper & Row, 1964. 223 p.
- HOGG, M. A.; VAUGHAN, G. M. **Social psychology**. Londres: Prentice Hall, 2008. 808 p.

- KELLNER, D. **A cultura da mídia – estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: EDUSC, 2001. 454 p.
- LIMA, V. de. **Mídia**: Teoria e Política. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. 368 p.
- MACHADO, A. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Editora Senac, 2003. 241 p.
- MARTINS, Z. **Ações afirmativas e cotas na mídia: a construção de fronteiras simbólicas**. 2011. 126f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social/Jornalismo) - Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- MORAES, D. **Crítica da mídia e hegemonia cultural**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2016. 296 p.
- OLIVEIRA, L. A. de; FERNANDES, C. M.; CHAGAS, G. C. Novos passos do golpe: o enquadramento da Reforma da Previdência no *Jornal Nacional*. **Contracampo**, v. 37, n. 2, p. 59-86, ago.2018/nov. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17627>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- OLIVEIRA, L.A.; FERNANDES, C.M.; QUADROS, A.R. A 'Revanche' e 'Os Perversos': como Eliane Brum aborda Jair Bolsonaro na sua eleição e nos seus 100 primeiros dias de governo. **Anuario Estudios en Comunicación Social Disertaciones**, v. 14, p. 1-1, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7703712>. Acesso em: 12 abr. 2021.
- REZENDE, G. J. de. **Telejornalismo no Brasil**: um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000. 296 p.
- SANTOS, L. C. dos. Um Padrão Globo de Qualidade. BRITTOS, V.C. (Org.) **Economia Política da Comunicação**. Convergência tecnológica e inclusão digital. Rio de Janeiro: Editora Maud, 2011. 248 p.
- PORTAL, S. A cor da mídia televisiva: A (in) visibilidade da jornalista negra na televisão paraense. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste**, 28, 2016. Anais [...] Goiânia: Intercom, 2016. p. 1-15.
- SODRÉ, M. Claros e escuros: Identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2015. 272 p.
- VALENTE, A. L. E. F. **Ser negro no Brasil hoje**. São Paulo: Moderna, 1987. 64 p.
- WILLIAMS, R. Cultura e materialismo. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 408 p.

Recebido em março de 2023.  
Aprovado em julho de 2023.